

ETNOCENTRISMO ÀS AVESSAS: O CONCEITO DE "SOCIEDADE COMPLEXA"

Mariza G.S. Peirano

Desde que a Antropologia foi reconhecida como disciplina acadêmica no final do século passado, uma tendência marcante foi sempre a de associá-la ao estudo de sociedades ora chamadas de "primitivas", de "tribais", ou "simples". Durante muitas décadas, as sociedades modernas contemporâneas foram consideradas áreas de preocupação de outros ramos das Ciências Sociais, isto é, da Sociologia, Ciência Política ou História. A divisão de trabalho entre as diversas Ciências Sociais se realizava, portanto, a partir da definição de um objeto de estudo concreto, na qual se considerava que as sociedades "simples" deveriam ser o objeto privilegiado da Antropologia. Em 1951, Evans-Pritchard definia o campo da Antropologia Social segundo esta perspectiva: a Antropologia Social seria o ramo dos estudos sociológicos que se devota primordialmente às sociedades primitivas¹.

Pode-se afirmar que somente nos anos sessenta se iniciou o processo de inclusão das "sociedades complexas" como objeto legítimo da Antropologia, processo

este que teve como pano de fundo um sentimento de crise que tomou conta dos antropólogos da época. Anteriormente, nas décadas de 40 e 50, alguns estudos haviam abordado temas semelhantes aos que hoje se chamam de "antropologia das sociedades complexas" sob a designação de "estudos de comunidade", mas o termo "sociedade complexa" não era utilizado.

Este trabalho pretende explorar o significado e as conotações implícitas em tal conceito, a partir do contexto em que foi gerado. Desta forma, pretende-se chamar a atenção para o fato de que conceitos antropológicos ou sociológicos são, também, fenômenos sociais e culturais específicos, além de puramente "científicos". O título sugere uma reflexão sobre uma preocupação constante da Antropologia — a de se livrar de uma postura etnocêntrica — e adverte para o fato de que a utilização de conceitos modernos e progressistas ainda pode estar imbuída de conotações que tomam, em última instância, a "civilização ocidental" como ponto de referência. Neste caso específico, o etnocentrismo se con-

¹ E.E. Evans-Pritchard, *Social Anthropology*, Londres, Cohen and West, 1951.

figuraria “às avessas”, já que se desenvolve via “sociedades simples”, com o resultado potencialmente desastroso de transformar a multiplicidade das sociedades históricas do mundo ocidental em uma única categoria — “sociedades complexas”. Estes pontos ficarão esclarecidos no decorrer do trabalho.

A CRISE MODERNA DA ANTROPOLOGIA

Na década de 60, os antropólogos viram-se frente a frente com um problema que julgaram de maior importância: acreditava-se que as sociedades tribais, ou “simples”, tendiam a um crescente e rápido desaparecimento. Na verdade, desde a época das grandes expedições germânicas do século XIX às Américas, as quais vinham com o propósito de coletar o máximo de material etnográfico possível para ser exposto nos museus europeus, que os etnólogos periodicamente se preocupavam com o fim das sociedades tribais. Esta preocupação foi bastante sentida também no período áureo da “Antropologia boasiana”, as décadas de 20 e 30, quando Franz Boas consolidou institucionalmente a Antropologia nos Estados Unidos. A novidade que a década de 60 trouxe foi o sentimento de que, com o desaparecimento do objeto concreto da Antropologia, a própria disciplina também desapareceria. Esta possibilidade foi constatada em 1961 por Lévi-Strauss, que batizou a preocupação da época como “a crise moderna da Antropologia”. Dizia ele:

“... na medida em que nossa ciência se liga fundamentalmente ao estudo das populações ‘primitivas’, podemos nos perguntar se, no momento em que a opinião pública lhe reconhece o valor, a Antropologia não corre o perigo de tornar-se uma ciência sem objeto.”²

Lévi-Strauss fundamentava seu pessimismo em dados numéricos: ele citava o caso dos indígenas australianos que, de 250.000, tinham sido reduzidos a 40.000 na época, e ilustrava seu ponto de vista também com o exemplo brasileiro: aqui, 100 tribos tinham se extinguido entre 1900 e 1950. Em contraste, outras populações “simples” cresciam: na América Central, no sudeste da Ásia e na África. Mas nestes casos, outro problema surgia, pois na medida em que se tornavam politicamente independentes, estas sociedades freqüentemente impediam o estudo antropológico de suas populações:

“As universidades dos Estados jovens que recentemente chegaram à independência recebem muito bem os economistas, os psicólogos, os sociólogos; não se pode dizer que os antropólogos sejam tratados de maneira igual.”³

Por detrás da rejeição dos novos Estados nacionais à Antropologia vislumbrava-se um forte sentimento anticolonialista. Lévi-Strauss assim mostrava sua perplexidade:

“Tudo se passa, pois, como se a Antropologia estivesse a ponto de sucumbir a uma conspiração, tramada quer por povos que se recusam a ela fisicamente, por desaparecerem da face da Terra, quer por ou-

² Claude Lévi-Strauss, “A Crise Moderna da Antropologia”, *Revista de Antropologia*, vol. 10, n. 1 e 2, 1962, p. 21.

³ *Ibid*, p. 23.